

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.797 - SP (2019/0294786-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : BARBARA MARIA CORNACHIONI GIMENES
ADVOGADO : BÁRBARA MARIA CORNACHIONI GIMENES - SP270061
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : REGINALDO ROBSON DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de REGINALDO ROBSON DE SOUZA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no julgamento do Agravo em Execução Penal n.º 70002324720198260576.

Consta dos autos que o Juízo das Execuções Penais deferiu o pedido de progressão do Paciente para o regime aberto (fls. 81-82).

Contra essa decisão, o Ministério Público estadual interpôs agravo em execução penal.

O Tribunal de origem proveu o recurso e determinou o retorno do Paciente ao regime inicial semiaberto, nos termos do acórdão de fls. 119-128.

Neste writ, a Impetrante aduz que "[o] termo inicial para nova progressão de regime deverá ser a data em que implementados os requisitos objetivo e subjetivo descritos no art. 112 da Lei de Execução Penal, e não a data em que foi deferida a progressão de regime" (fl. 9).

Formula, ao final, a seguinte pretensão (fl. 9):

"Seja restabelecida a r. sentença de Primeiro Grau que deferiu o pedido de progressão de regime sem a necessidade de retificação do cálculo elaborado para que nele seja considerado como termo inicial para progressão ao regime aberto a data na qual o paciente preencheu os requisitos previstos no artigo 112 da LEP para a progressão ao regime semiaberto, e não a data efetiva da decisão que concedeu a progressão [...]."

É o relatório. Decido o pedido urgente.

Nos termos da decisão de fls. 81-83, o Juízo das Execuções Penais, reconhecendo o preenchimento dos requisitos pertinentes, deferiu ao Paciente o pedido de progressão ao regime aberto.

Superior Tribunal de Justiça

Na oportunidade, o Magistrado singular asseverou que o Apenado cumpriu mais de 1/6 (um sexto) da pena no regime semiaberto, ostenta bom comportamento carcerário atestado pelo diretor do presídio e recebeu parecer favorável no exame criminológico realizado (fls. 81-82).

O Tribunal *a quo*, ao dar provimento ao agravo em execução interposto pela Acusação, determinou o retorno do Paciente ao regime semiaberto, sob o seguinte fundamento (fls. 126-128; sem grifos no original):

"[...] a progressão de regime tem o objetivo de preparar o condenado para o retorno à sociedade. Tal finalidade só será alcançada se a passagem para os regimes menos severos for realizada por etapas, paulatinamente. Isso significa a proibição à chamada progressão por saltos.

Cabe referir que o artigo 112 da Lei de Execução Penal diz que a progressão será executada 'quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior...'.

No caso, o reeducando foi progredido ao regime semiaberto no dia 20 de janeiro de 2017 (fls. 21), cuja data é marco inicial para a contagem do lapso de um sexto para que ele possa ser progredido a regime mais brando.

Assim, ausente o requisito objetivo, descabe tecer considerações acerca do preenchimento do requisito subjetivo.

Como é sabido, a execução da pena deve ocorrer de forma progressiva, e tal entendimento é nitidamente revelado no artigo 112, da Lei de Execução Penal, bem como nos itens 119 e 120, da exposição de motivos de referida lei, ao estabelecer que a integração social do condenado deve se dar de forma gradual, paulatina e por etapas, possibilitando ao reeducando conquistar a progressão quando demonstrar merecimento e condições de adaptação a regime mais suave.

[...]

Ademais, é certo que a concessão do regime aberto requer cautela e a efetiva demonstração de que o reeducando está apto a reintegrar a sociedade, pois não se pode olvidar que o retorno prematuro de condenados despreparados para o convívio social pode colocar em risco a segurança da comunidade.

Destarte, demonstra-se prematuro deferir ao agravado a progressão ao regime aberto sem uma cuidadosa avaliação de seu mérito no regime intermediário.

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo em execução interposto pelo Parquet para cassar a progressão ao regime aberto deferida ao sentenciado, que deverá retornar ao regime intermediário, no qual deverá descontar um sexto da pena tendo como data-base para a contagem de referido lapso, a data em que foi progredido a tal regime."

Superior Tribunal de Justiça

No entanto, o Superior Tribunal de Justiça, em conformidade com a orientação jurisprudencial do Pretório Excelso, firmou entendimento de que "*a data inicial para a progressão de regime deve ser aquela em que o apenado preencheu os requisitos do art. 112 da Lei de Execução Penal, e não a data da efetiva inserção do reeducando no atual regime*" (AgRg no REsp 1.582.285/MS, Rel. Min. RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 09/08/2016, DJe 24/08/2016, sem grifos no original).

Vejam-se, também, os seguintes julgados:

"HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. SUBSEQUENTE PROGRESSÃO DE REGIME. MARCO INICIAL. DATA EM QUE O REEDUCANDO PREENCHEU OS REQUISITOS DO ART. 112 DA LEP. ALTERAÇÃO DO ENTENDIMENTO DA SEXTA TURMA. ADEQUAÇÃO À JURISPRUDÊNCIA DO STF E DA QUINTA TURMA. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. Revisão da jurisprudência da Sexta Turma desta Corte Superior, para alinhar-se ao posicionamento do Supremo Tribunal Federal e da Quinta Turma de modo a fixar, como **data-base para subsequente progressão de regime, aquela em que o reeducando preencheu os requisitos do art. 112 da Lei de Execução Penal e não aquela em que o Juízo das Execuções deferiu o benefício.**

2. Consoante o recente entendimento do Supremo Tribunal, a decisão do Juízo das Execuções, que defere a progressão de regime - reconhecendo o preenchimento dos requisitos objetivo e subjetivo da lei (art. 112 da LEP) - é declaratória, e não constitutiva. Embora se espere celeridade da análise do pedido, é cediço que a providência jurisdicional, por vezes - como na espécie - demora meses para ser implementada.

3. Não se pode desconsiderar, em prejuízo do reeducando, o período em que permaneceu cumprindo pena enquanto o Judiciário analisava seu requerimento de progressão.

4. Habeas corpus não conhecido, mas concedida a ordem de ofício, para restabelecer a decisão do Juízo das Execuções Penais." (HC 369.774/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 07/12/2016; sem grifos no original.)

"PENAL E PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. TERMO INICIAL PARA A CONTAGEM DO LAPSO TEMPORAL. DATA EM QUE O APENADO TERIA DIREITO AO BENEFÍCIO, CUMPRINDO OS REQUISITOS LEGAIS (ART. 118 DA LEP). NOVO ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MUDANÇA DA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

Superior Tribunal de Justiça

1. O Supremo Tribunal Federal, recentemente, passou a entender que o termo inicial de contagem do lapso temporal para a progressão de regime deve corresponder à data em que o apenado efetivamente preencheu os requisitos legais do art. 118 da LEP, ou seja, a data em que teria direito ao benefício, devendo, pois, ser computado o tempo em que o apenado ficou no aguardo da análise do pedido.

2. A nova orientação promove tratamento mais justo e mais digno ao apenado, que não mais será punido com a mora e a ineficiência do Estado, passando a ser adotada por ambas as Turmas Criminais deste STJ.

3. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 362.554/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 20/04/2017, DJe 28/04/2017; sem grifos no original.)

Ante o exposto, DEFIRO o pedido liminar para estabelecer como data-base para a concessão da progressão de regime o dia em que o Apenado preencheu os requisitos do art. 112 da Lei de Execução Penal, e não o do início do cumprimento da reprimenda no regime anterior.

Oficie-se, com urgência, ao Tribunal de origem e ao Juízo das Execuções Penais, encaminhando-lhes cópias desta decisão.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Tribunal estadual, a serem instruídas com a senha de acesso às informações processuais, caso seja necessário.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora